



**1ª.COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS
HUMANOS**

Reunião do dia 05 de Janeiro/16

Parecer da Proposta nº. 639/2015

**Alteração, em uma divisão, do número máximo de divisões na estrutura
nuclear da Câmara Municipal de Lisboa**

Este parecer foi aprovado por unanimidade na reunião do dia 5 de Janeiro da 1ª.
Comissão.

Relatora - Deputada Helena Roseta

Presidente - Deputada Maria Irene Lopes

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS**Parecer sobre a Proposta 639/CM/2015****Alteração, em uma divisão, do número máximo de divisões
na estrutura nuclear da Câmara Municipal de Lisboa****1 – Enquadramento e análise da proposta****1.1. Estrutura orgânica municipal**

1. No dia 28 de abril de 2015, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, através do ponto 1 da parte deliberativa da [Proposta 94/CM/2015](#), a versão actual da **estrutura nuclear** dos serviços do Município de Lisboa, publicada no DR, 2.ª Série, 21.5.2015, Despacho n.º 5347/2015. Na mesma data foi publicada no DR a actual **estrutura flexível** dos serviços do Município de Lisboa, aprovada pela Câmara Municipal em 1 de abril, condicionada ao número máximo de unidades orgânicas flexíveis (divisões) na estrutura orgânica municipal, que foi fixado em 99. Estas deliberações obedeceram ao novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais (Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro).

1.2. O GABIP das AUGI em Lisboa

No mandato de 2009-2013 e na sequência da aprovação do Programa Local de Habitação e da Carta dos BIP-ZIP de Lisboa, foram criadas, por despacho dos vereadores envolvidos em cada caso, umas estruturas de coordenação intituladas **GABIP - Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária**, concebidas como estruturas informais, transversais e participativas, para articular serviços, empresas municipais, freguesias e associações locais dos territórios BIP-ZIP com processos de regeneração, requalificação, realojamento ou regularização urbanística e cadastral em curso.

O GABIP das AUGI, criado pelo [Despacho conjunto 141/P/2011](#), na dependência do então Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana, com a missão de coordenar as ações necessárias à reconversão destes bairros de génese ilegal, tem acompanhado os processos de reconversão e legalização através da aprovação sistemática dos respectivos instrumentos urbanísticos e regulamentares, com o envolvimento das Comissões de Administração Conjunta, das Juntas de Freguesia e dos moradores, bem como dos diversos serviços municipais intervenientes em cada processo.

O GABIP das AUGI é um dos seis GABIP criados na CML, com geometrias variáveis, adaptadas às diferentes situações em causa, sendo os restantes os seguintes:

- a) O GABIP Padre Cruz, para acompanhar a operação QREN de requalificação do bairro;
- b) O GABIP da Mouraria, que acompanha a operação QREN na Mouraria e o Plano de Desenvolvimento Comunitário local;

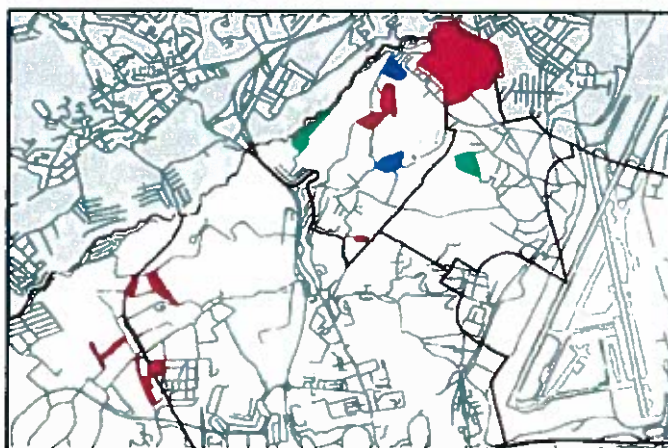
Nov
JP

c) O GABIP da Boavista, para acompanhar a operação QREN Eco-bairro Boavista Ambiente + e a regeneração do bairro;

e) O GABIP das Torres do Alto da Eira, que preparou a estratégia e o processo de intervenção para a requalificação faseada das Torres do Alto da Eira, na freguesia da Penha de França;

f) o GABIP Ex-SAAL e Auto-construção, para apoiar a intervenção diversificada a realizar nos bairros ex-SAAL em Lisboa (Cooperativas 25 de Abril e Unidade do Povo, Portugal Novo, Horizonte e Cooperativas do Beato);

As AUGI de Lisboa localizam-se na Coroa Norte da cidade, como se pode ver no mapa em baixo e incluem dez bairros, a saber: Azinhaga da Torre do Fato e Azinhaga dos Lameiros, na freguesia de Carnide; Quinta do Olival, na freguesia do Lumiar; e Galinheiras 1 e 2, Quinta do Grafanil, Quinta do Torrinha, Quinta da Mourisca, Alto do Chapeleiro e Sete Céus, na freguesia de Santa Clara.



As AUGI integram, no âmbito do Programa Local de Habitação de Lisboa, uma das quatro grandes tipologias em que assenta a divisão dos BIP/ZIP Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa, estando, por isso, incluídas na Carta dos BIP-ZIP; a intervenção territorial nas AUGI é por isso assumida, no âmbito do Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML), como prioridade de atuação, designadamente pela definição de regras especiais para as operações urbanísticas destinadas à reconversão destas áreas, as quais vêm também consideradas como uma das medidas do programa de execução e plano de financiamento.

1.3. O enquadramento legal do processo de reconversão das AUGI

A Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, regulou o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, definindo os termos aplicáveis à regularização dessas áreas durante o período temporal nela estabelecido. Esta lei sofreu sucessivas alterações, que culminaram na lei 70/2015 (5ª alteração), a qual visou dar cumprimento às recomendações do Grupo de Trabalho criado pela Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República para a Identificação do Condicionamentos Legais Existentes Relativamente ao Processo de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

Handwritten signature/initials

A vigência deste regime excepcional e suas alterações confirmam que o universo das AUGI é uma realidade complexa e desconexa, que depende, em larga medida, do empenho, disponibilidade e consenso entre os intervenientes públicos e privados, reconhecendo-se, ainda, como fundamentais, entre outros factores, o empenho dos Municípios, a simplificação de procedimentos, nomeadamente de redelimitação de restrições e servidões de utilidade pública, a agilização dos processos de reconversão, tornando-os mais céleres, a garantia de maior formação e informação aos interessados quanto à tramitação dos processos de reconversão e a previsão de medidas que permitam ultrapassar algumas dificuldades no âmbito do funcionamento dos órgãos de administração conjunta.

1.4. A necessidade de reforçar o GABIP das AUGI

É neste contexto que se considera da maior importância dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo GABIP das AUGI, consolidando e reforçando as competências desta equipa e dotando-a de meios e recursos que garantam as necessidades de especialização e transversalidade para as funções exigidas, tendo como objetivo acelerar os processos de legalização dos 10 bairros de génese ilegal identificados em Lisboa.

Com efeito, o GABIP das AUGI tem assegurado a articulação, tanto a nível técnico como a nível institucional, entre todos os Serviços Municipais, o Executivo, as Juntas de Freguesia e, ainda, as respetivas Comissões de Administração Conjunta envolvidas e seus moradores, mas isso exige uma grande disponibilidade, capacidade de diálogo e concertação, qualidades já demonstradas por este GABIP, que carece contudo de mais apoio e mais recursos.

O GABIP das AUGI tem vindo ainda a apresentar indicadores de desempenho elevados, pelo que se impõe o reconhecimento de uma estrutura que já existe e cujos resultados são comprovadamente positivos, nomeadamente através da criação da **Divisão de Reversão das AUGI**, a integrar no atual **Departamento de Planeamento da Direção Municipal de Urbanismo**, dando assim maior visibilidade orgânica a uma prioridade da política urbanística do município.

Com a aprovação da criação desta nova divisão, passará para **100** o número máximo de unidades orgânicas flexíveis na Câmara Municipal de Lisboa, tal como proposto na alteração da Estrutura Nuclear dos serviços do Município de Lisboa constante do anexo I à proposta.

O aditamento à estrutura orgânica flexível, que se propõe no Anexo II como novo **artigo 49º A**, com a epígrafe “Divisão de Reversão das AUGI”, estabelece adequadamente as competências e articulações internas e externas da nova divisão, de que salientamos a promoção dos processos de participação pública e concertação indispensáveis para a reconversão das AUGI e a realização de uma reunião anual para reflexão, monitorização e avaliação sistemática dos processos de reconversão, com a participação das Juntas de Freguesia, Comissões de Administração Conjunta e demais entidades intervenientes.

O organograma que acompanha a proposta evidencia as articulações internas indispensáveis ao bom sucesso da nova Divisão.

II Opinião da Relatora

Pelo acompanhamento pessoal que tive oportunidade de fazer no mandato anterior, como responsável pelo pelouro da habitação, do trabalho do GABIP das AUGI, pelos resultados já alcançados e pela necessidade evidente de dotar uma equipa muito competente e empenhada das melhores condições para levar a cabo a sua missão, considero esta proposta muito justa e oportuna. Irá certamente potenciar a celeridade na resolução de situações que se arrastam há décadas e que outros municípios já ultrapassaram, contribuindo para uma maior coesão urbanística e social na cidade de Lisboa.

III Conclusões

Pelo exposto, conclui-se que a proposta está em condições de ser apreciada em plenário, reservando as forças políticas para essa altura o seu sentido de voto sobre a mesma.

A 1ª Comissão Permanente recomenda ao plenário que aprove a seguinte recomendação à Câmara:

Que na reunião anual de reflexão, monitorização e avaliação sistemática dos processos de reconversão, com a participação das Juntas de Freguesia, Comissões de Administração Conjunta e demais entidades intervenientes, a promover pela nova Divisão de Reconversão das AUGI, a Assembleia Municipal seja convidada a participar através da 1ª e 3ª Comissões Permanentes.

Este parecer foi aprovado por unanimidade na reunião de 5 de janeiro de 2016 da 1ª. Comissão.

Lisboa, 5 de janeiro de 2016

A Deputada Municipal Relatora



Helena Roseta

A Presidente da 1ª Comissão



Irene Lopes